

Ano V, v.2 2025 | submissão: 14/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 18/12/2025

Base Arpão: o policiamento fluvial na Polícia Militar do Amazonas como mecanismo de inclusão social das comunidades ribeirinhas

Harp base - river policing in the Military Police of Amazonas as a form of social inclusion in riverside communities

Ronan Corrêa de Souza - Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. E-mail: ronanjezyluna@gmail.com

Márcio José Souza Leite - Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Edmundo Pereira de Lima Junior - Bacharel em Administração pela Faculdade Metropolitana de Manaus. Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: edmundoplj@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9464968275107985>

Bruno de Almeida Camurça Mendes - Cadete da Polícia Militar do Amazonas. Bacharel em Direito pela Faculdade Luterana de Manaus. Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: brunno.camurca@gmail.com

RESUMO

O Estado do Amazonas caracteriza-se por sua vasta extensão territorial e forte dependência dos rios como vias de comunicação, circulação e subsistência, especialmente para as populações ribeirinhas. Nesse contexto, a presença estatal torna-se limitada e desigual, criando desafios significativos para a promoção de direitos fundamentais. A Base Fluvial Arpão, inaugurada em 2020, surge como uma estratégia integrada de segurança pública desenvolvida pelo Governo do Estado em parceria com órgãos federais. O presente artigo analisa como o policiamento fluvial realizado pela Polícia Militar do Amazonas (PMAM), a partir da Base Arpão, contribui para a inclusão social dessas comunidades, reduzindo vulnerabilidades e ampliando o acesso a serviços públicos essenciais. Para isso, utiliza-se pesquisa bibliográfica, documental e análise descritiva, fundamentando-se em conceitos de policiamento comunitário, inclusão social e características socioeconômicas dos povos ribeirinhos. Os resultados indicam que a Base Arpão, além de combater crimes ambientais e organizações criminosas, atua como importante elo entre o Estado e populações isoladas, promovendo ações de assistência social, saúde, proteção ambiental e segurança. Conclui-se que o policiamento fluvial no Amazonas ultrapassa a função repressiva e se constitui como instrumento de cidadania e desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Policiamento Fluvial; Inclusão Social; Comunidades Ribeirinhas; Base Arpão; Segurança Pública.

ABSTRACT

The State of Amazonas is characterized by its vast territory and strong dependence on rivers as primary routes for circulation, communication, and subsistence, especially among riverside communities. In this context, state presence becomes limited and unequal, generating significant challenges for guaranteeing fundamental rights. The Arpão River Base, inaugurated in 2020, emerges as an integrated public security strategy developed by the State Government in partnership with federal agencies. This article analyzes how river policing performed by the Amazonas Military Police (PMAM), through the Arpão Base, contributes to the social inclusion of riverside communities by reducing vulnerabilities and expanding access to essential public services. A bibliographic and documentary methodological approach is adopted, supported by theoretical concepts of community policing, social inclusion, and the socioeconomic characteristics of traditional Amazonian populations. Results show that the Arpão Base goes beyond repressing environmental crimes and criminal organizations, becoming an important bridge between the State and isolated populations, promoting social assistance, health, environmental protection, and safety. It is concluded that river policing in the Amazon region transcends its traditional role and constitutes a tool of citizenship and

Ano V, v.2 2025 | submissão: 14/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 18/12/2025

human development.

Keywords: River Policing; Social Inclusion; Riverside Communities; Arpão Base; Public Security.

INTRODUÇÃO

Base Arpão - Coordenada pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM), a Base Arpão foi inaugurada em 2020. É um projeto inédito de combate ao narcotráfico, à pirataria e aos crimes ambientais no estado do Amazonas. A Base atua no rio Solimões, entre os municípios de Coari e Tefé, dando suporte a uma série de operações policiais integradas na região. A Base Arpão é resultado de parceria com o Governo Federal, por meio da Secretaria de Operações Integradas (Seopi) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), (SSP-AM, 2020).

As ações contam com o efetivo da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Federal e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), além de médicos, dentistas e enfermeiros (SSP-AM, 2020).

O Policiamento Fluvial é o policiamento com emprego de lanchas rápidas, embarcações de médio e grande porte, no Amazonas a Polícia Militar em algumas vezes utiliza até as chamadas catraias, que são canoas de madeira com motor rabeta. A diretriz PM3-001/02/2018 (SÃO PAULO, 2018) define o que vem a ser o policiamento fluvial e os locais de seu emprego.

Nestes termos:

É o processo de policiamento com emprego de embarcações em braços de mar, enseadas, rios, canais, diques, represas, reservatórios, estuários e demais coleções de água que concentrem atividades pesqueiras, de lazer, turísticas e de transportes, em razão de instalações portuárias, marinas e terminais intermodais, visando prover essas áreas de policiamento ostensivo (preventivo e repressivo imediato), dentro da competência do Estado. (SÃO PAULO, 2018)

Povos ribeirinhos, se referem às pessoas que moram nas margens dos rios. Eles são encontrados em várias localidades do Brasil e possuem forte vínculo com a natureza, tendo a pesca artesanal e a caça como as principais atividades de sobrevivência (Instituto EcoBrasil, 2017).

Assim sendo,

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto do Ribeirinho, destinado a regular os direitos assegurados aos povos ribeirinhos e ao ribeirinho, a igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos individuais, coletivos e difusos.

Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:

I – ribeirinho: aquele que reside nas proximidades dos rios, igarapés, igapós, lagos da floresta e tem a pesca artesanal como principal atividade de sobrevivência, podendo também cultivar pequenos roçados para consumo próprio e praticar atividades extrativistas e de subsistência; (Senado federal, 2021).

O Policiamento Ambiental é de responsabilidade do Comando de Policiamento Ambiental

Ano V, v.2 2025 | submissão: 14/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 18/12/2025

estando sob sua tutela a preservação da ordem pública e o meio ambiente, tornando cada vez mais forte o cumprimento da missão institucional da corporação. O Batalhão de Policiamento Ambiental é a Unidade Especializada da Polícia Militar do Amazonas de repressão aos crimes ambientais. Nele são executadas ações de combate aos delitos contra a fauna e a flora em quase 15 anos de ações (PMAM, 2018).

O Batalhão de Policiamento Ambiental teve o início das suas atividades no dia 1º de junho de 2008, conforme Decreto 27.637, de 30 de maio de 2008, e está sob a tutela do Comando de Policiamento Ambiental (CPAmb), que surgiu do antigo Grupamento Especial de Polícia Ambiental (GEPA), criado em 06 de outubro de 2004 e extinto em 2005. Foi criado pela Lei Delegada nº 88, de 18 de maio de 2007, que, ao definir a estrutura organizacional da Polícia Militar do Estado do Amazonas, fez previsão do Comando de Policiamento Ambiental e do Batalhão de Policiamento Ambiental. Com a criação do Comando de Policiamento Ambiental, a sociedade passou a contar com um corpo especializado, dentro da estrutura da Polícia Militar, na defesa e proteção ao Meio Ambiente (PMAM, 2018).

As guarnições são responsáveis pelo policiamento ostensivo rural e urbano, aéreo, fluvial, preventivo e repressivo ambiental com atuação de fiscalização em todo território estadual. Realizam atribuições que envolve a poluição, o ordenamento urbano e o patrimônio cultural do estado, afim de preservar a ordem pública e o meio ambiente, fortalecendo o cumprimento da missão institucional da corporação (PMAM, 2018).

O Estado do Amazonas, com sua vasta extensão territorial e rica diversidade ecológica, abriga inúmeras comunidades ribeirinhas que dependem diretamente dos rios para sua sobrevivência e desenvolvimento. Estas comunidades enfrentam desafios significativos devido ao isolamento geográfico, acesso limitado a serviços básicos, como saúde, educação, segurança e vulnerabilidade social. No contexto amazônico, o policiamento fluvial desempenha um papel crucial na promoção da segurança e na facilitação da inclusão social dessas comunidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes (SSP-AM, 2021).

A escolha do tema “Base Arpão - Policiamento Fluvial na Polícia Militar do Amazonas como Forma de Inclusão Social das Comunidades Ribeirinhas” é justificada pela necessidade de compreender e destacar o papel das forças de segurança na promoção do bem-estar social em áreas remotas. A Polícia Militar do Amazonas (PMAM) tem desenvolvido estratégias de policiamento adaptadas às particularidades da região, utilizando embarcações para patrulhamento, atendimento de ocorrências e execução de programas sociais. Estudar o impacto dessas ações é fundamental para avaliar sua eficácia e identificar melhorias que possam ser implementadas.

O objetivo geral dessa pesquisa se propõe a descrever como o policiamento fluvial da Polícia Militar do Amazonas realizado na base arpão contribui para a inclusão social das comunidades

Ano V, v.2 2025 | submissão: 14/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 18/12/2025

ribeirinhas. Tem-se como objetivos específicos 2.1. Dissertar sobre a estrutura e funcionamento do policiamento fluvial na Polícia Militar do Amazonas; 2.2. Descrever as características e desafios enfrentados pelas comunidades ribeirinhas do Amazonas. 2.3. Identificar as estratégias utilizadas pela PMAM para promover a inclusão social e segurança pública nas comunidades ribeirinhas.

Desse modo, A pesquisa busca responder à seguinte questão: De que forma o policiamento fluvial da Polícia Militar do Amazonas realizado na Base Arpão contribui para a inclusão social das comunidades ribeirinhas?

Tem-se como hipótese, que a pesquisa direciona a investigação para entender não apenas as operações de segurança, mas também como estas ações interagem com as dinâmicas sociais e econômicas das comunidades ribeirinhas.

A metodologia adotada para este estudo visa analisar o impacto do policiamento fluvial na inclusão social das comunidades ribeirinhas do Amazonas, utilizando uma abordagem mista, que combina métodos qualitativos e quantitativos. O caráter exploratório e descritivo da pesquisa permitirá uma compreensão profunda da realidade dessas comunidades e das ações desenvolvidas pela Polícia Militar do Amazonas (PMAM).

Assim sendo:

Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congressos etc. Busca conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema. A pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente – análise teórica – ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, visando à construção da plataforma teórica do estudo. (Martins e Theóphilo, 2009).

Desse modo, a metodologia é um importante parte em um trabalho científico, é por meio dela que se tem os parâmetros a serem seguidos na elaboração do trabalho. O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva: Exploratória buscando proporcionar uma maior familiaridade com o problema de pesquisa, especialmente no que se refere à relação entre o policiamento fluvial e a inclusão social em uma área pouco estudada; descritiva visando descrever com detalhes as características do policiamento fluvial e as condições socioeconômicas e culturais das comunidades ribeirinhas. Isso envolve uma análise sistemática de como as ações do PMAM influenciam a inclusão social e a segurança nas áreas ribeirinhas.

Assim, o policiamento comunitário, o conceito de inclusão social, e as dinâmicas das comunidades ribeirinhas no contexto amazônico. Cada um desses eixos oferece subsídios teóricos fundamentais para a compreensão da relação entre o policiamento fluvial e a promoção de inclusão social nas comunidades ribeirinhas.

Estrutura e funcionamento do policiamento fluvial na polícia militar do Amazonas. O policiamento fluvial na Polícia Militar do Amazonas é de responsabilidade Comando de Policiamento

Ano V, v.2 2025 | submissão: 14/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 18/12/2025

Ambiental (CPAmb), que comanda o Batalhão de Policiamento Amambiental (BPAmb), que é a unidade especializada da Polícia Militar do Amazonas de repressão aos crimes ambientais e ao policiamento fluvial. O BPAMB denominado “Batalhão Amazonas”, na estrutura organizacional da Polícia Militar, subordinado administrativa e operacionalmente ao CPAMB, iniciou as atividades operacionais, com duas Companhias: uma terrestre (1ª Cia.) e uma fluvial (2ª Cia.) e atualmente conta com a terceira companhia, Rural (3ª Cia.) (PMAM, 2018).

2. Características e desafios enfrentados pelas comunidades ribeirinhas do Amazonas

O povo ribeirinho do Amazonas é originário do século XIX, época do ciclo da borracha. A promessa de trabalho foi o suficiente para atrair migrantes nordestinos. A extração de látex da seringueira foi por um longo tempo a economia da região. Em 1950, a crise da borracha deixou muitos seringueiros sem trabalho e alguns decidiram ficar na floresta. Assim sendo, a história dos ribeirinhos inclui a miscigenação de povos nativos e colonizadores portugueses, além dos migrantes nordestinos. Todos vivendo às margens dos rios, na floresta, tentando descobrir um modo de sobreviver com a natureza. Os novos moradores foram se adaptando à vida com os rios, principalmente as margens do Rio Negro e Rio Amazonas. Apesar do número crescente de moradores, as políticas públicas não acompanharam esta transformação. Desta forma, muitas das vizinhanças ribeirinhas não possuem energia elétrica ou tratamento de esgoto. E o rio segue sendo o principal meio de sobrevivência dos povos tradicionais que vivem nessa região, seja pela comida ou por ser as vias de transporte. (Redda+, 2023).

Assim, o povo ribeirinho da Amazônia são os habitantes que vivem nas margens dos rios da Amazônia. O termo ribeirinhos e ribeirinhas é o modo que a população tradicional é popularmente chamada. O termo é originário da característica de residirem perto dos rios, sobrevivem principalmente da pesca tradicional e manterem um estilo de vida natural. Por isso, encontramos povos ribeirinhos em diversas partes do Brasil, por exemplo, no Pará, em Mato Grosso e em Goiás. O que os define como ribeirinhos não é o estado, mas sua relação de vida com o rio. Os ribeirinhos moram às margens dos rios, igarapés, igapós e lagos e têm a vida direcionada pela sazonalidade das águas. (Redda+, 2023).

No Amazonas, os povos ribeirinhos mantêm uma forte relação com o ciclo dos rios. Apesar disso, também sobrevive do roçado, da caça e do extrativismo. A economia dos ribeirinhos está ligada à comercialização de frutos, peixes e farinha para os centros urbanos. (Redda+, 2023).

Ano V, v.2 2025 | submissão: 14/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 18/12/2025

3. ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELA PMAM PARA PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS

3.1 Policiamento Comunitário e Policiamento Fluvial

O policiamento comunitário é uma abordagem de segurança pública baseada na proximidade e colaboração entre as forças de segurança e a comunidade. Diferente dos modelos tradicionais, que se concentram na repressão ao crime, o policiamento comunitário visa construir relações de confiança com os cidadãos, promover a prevenção de crimes e resolver problemas locais de forma cooperativa. O policiamento comunitário pode ser entendido como uma estratégia que procura envolver a comunidade diretamente nas questões de segurança pública, fomentando um sentimento de pertencimento e responsabilidade mútua pela segurança local. (PMAM, 2018).

Assim;

O policiamento comunitário é uma filosofia de policiamento que ganhou força nas décadas de 70 e 80, quando as organizações policiais em diversos países da América do Norte e da Europa Ocidental começaram a promover uma série de inovações na sua estrutura e funcionamento e na forma de lidar com o problema da criminalidade. Em países diferentes, as organizações policiais promoveram experiências e inovações com características diferentes. Mas, algumas destas experiências e inovações são geralmente reconhecidas como a base de um novo modelo de polícia, orientada para um novo tipo de policiamento, mais voltado para a comunidade, que ficou conhecido como policiamento comunitário (Bayley; Skolnick, 2001; Skolnick; Bayley, 2002).

No contexto da Polícia Militar do Amazonas, essa filosofia é aplicada de forma adaptada ao ambiente ribeirinho por meio do policiamento fluvial. Essa modalidade envolve operações em áreas de difícil acesso, que dependem fortemente dos rios como meio de transporte e comunicação.

O policiamento fluvial no Amazonas apresenta características únicas, como o uso de embarcações para patrulhamento e a integração de atividades de segurança com ações sociais, atendendo não apenas às demandas de segurança, mas também necessidades básicas das populações ribeirinhas (PMAM, 2018). Essa forma de policiamento vai além da proteção da integridade física e patrimonial. O policiamento fluvial no Amazonas se adapta às especificidades da região, desempenhando um papel estratégico tanto na prevenção quanto na resolução de conflitos, especialmente em áreas onde a ausência de presença estatal seria um fator agravante da exclusão social. Dessa maneira, a função policial se amplia, tornando-se um agente de inclusão social, ao facilitar o acesso a direitos fundamentais (PMAM, 2018).

3.2 Inclusão Social

A inclusão social é um conceito amplamente debatido nas ciências sociais e refere-se à promoção da equidade e à garantia de acesso igualitário aos direitos fundamentais, tais como saúde, educação, segurança e participação política. Desse modo, a Polícia Militar realiza ações sociais com a finalidade de levar acesso a direitos sociais às comunidades ribeirinhas. (SSP-AM, 2023).

Dessa maneira, têm-se alguns projetos, a exemplo:

Formando Cidadão

Implantado primeiramente em Manaus no ano de 1997, o Programa da Polícia Militar Formando Cidadão, hoje já se encontra em outros municípios do Amazonas como forma de prevenir ou recuperar jovens em idade entre 12 e 17 anos em risco social e pessoal, fazendo renascer no espírito desta clientela o desejo de engajamento na sociedade por meio dos estudos e atividades como esporte sadio, práticas de ações cívicas e profissionais apresentados por mais de 32 policiais militares capacitados para atuarem no Programa.

A Polícia Militar do Amazonas, mantenedora do Programa, conta com a parceria de vários outros órgãos públicos para realizar diversas outras atividades de cunho essencialmente social na inserção destes jovens e algumas vezes, de seus próprios familiares, apoiando-os e oportunizando a eles serviços essenciais à uma vida digna e valorizada como atendimento médico e odontológico, muitas vezes de difícil acesso por conta de fatores múltiplos como por exemplo, a falta de estrutura nas periferias onde geralmente residem.

Os serviços oferecidos pela PMAM no Programa Formando Cidadão para atender 425 jovens em Manaus e 220 no Interior, se concentram nos Quartéis da Corporação, na Capital funcionam nas dependências do CPA Norte (Armando Mendes), CPA Sul (Colônia Oliveira Machado), CPA Oeste (Compensa), CPA Leste (Jorge Teixeira), Comando Geral (Petrópolis), 1º BPChoque (Barreira da AM 010), Bairro Mauazinho, 15ª CICOM (Cidade Nova), 17ª CICOM (Hiléia), 26ª CICOM (Santa Etelvina), Pelotão Mirim Ambiental (Betânia) e no Interior, 8ª CIPM (Iranduba e Distrito de Cacao Pirêra), 9ª CIPM (Manacapuru) e 3ª CIPM (Rio Preto da Eva).

A iniciativa da Polícia Militar muito valorizada pelo Governo do Estado, serve como farol para as autoridades da área de serviços de atendimento e proteção ao menor cidadão, como o Conselho Tutelar, Juizado de Menores e a Secretaria de Estado de Assistência Social, que por acreditarem nos valores repassados pela PMAM aos clientes devidamente assistidos mantêm fortes laços de amizade e colaboração atestando desta forma uma das principais característica da Corporação, atuar sempre em favor da segurança e bem estar da sociedade. (PMAM, 2018).

Assim, inclusão social é o processo de remover barreiras que excluem indivíduos ou grupos da participação plena na vida econômica, social e política de uma sociedade. O conceito está diretamente relacionado à ideia de justiça social, na medida em que busca reduzir desigualdades e promover a integração de grupos marginalizados. (Liz Bessa, 2019).

“inclusão social” como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A “inclusão social” constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar

Ano V, v.2 2025 | submissão: 14/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 18/12/2025

problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos. (SASSAKI, R. K. 1997).

Assim sendo, a inclusão social é de fundamental importância, tanto que a carta magna do Brasil, trás em seu artigo sexto os direitos sociais.

Asseguir:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Brasil, 1988).

Desse modo, fica evidente que os constitucionalistas ao elaborarem a constituição perceberam a importância da inclusão social e a necessidade de garanti-las no texto constitucional.

No caso das comunidades ribeirinhas, o isolamento geográfico e as condições socioeconômicas dificultam o acesso a esses direitos, colocando-as em uma posição de vulnerabilidade. A exclusão social nas áreas ribeirinhas do Amazonas está ligada à ausência de infraestrutura básica e à limitada presença de instituições governamentais, criando um cenário de marginalização. A inclusão social, nesse contexto, envolve a criação de políticas públicas específicas que contemplem as necessidades dessas populações e que sejam executadas por meio de agentes que compreendem as particularidades locais. (Redda+, 2023).

O policiamento fluvial, por sua proximidade com as comunidades e pela natureza de suas ações, pode ser visto como um dos vetores dessa inclusão. Ao facilitar o acesso a serviços públicos essenciais e ao promover a segurança e a cidadania, a Polícia Militar do Amazonas, através de suas atividades fluviais, desempenha um papel crucial na redução das desigualdades e na promoção da equidade social. A atuação policial nesse formato permite uma maior integração entre o Estado e as comunidades ribeirinhas, ajudando a minimizar o isolamento e a exclusão que essas comunidades historicamente sofrem. (PMAM, 2018).

4. A BASE ARPÃO

Localizada na região do Médio Solimões, no Amazonas, é um exemplo significativo de como o policiamento fluvial pode contribuir para a inclusão social das comunidades ribeirinhas. Inaugurada em 2020, a base tem como principal objetivo combater o crime ambiental, o tráfico de drogas, a pesca ilegal e outras atividades ilícitas na região, por meio de operações conjuntas entre diferentes forças de segurança, como a Polícia Militar, a Polícia Federal, o Exército, e a Marinha. (SSP_AM, 2020).

Já em relação à inclusão social das comunidades ribeirinhas, a Base Arpão tem um papel importante como demonstrado nos tópicos a seguir:

4.1 Segurança e Proteção das Comunidades:

Ano V, v.2 2025 | submissão: 14/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 18/12/2025

Ao garantir maior segurança na região, a base permite que as populações ribeirinhas possam viver e desenvolver suas atividades econômicas, como pesca e agricultura, de maneira mais tranquila e protegida, sem o medo de grupos criminosos ou da pesca predatória. Além de prestar socorro as comunidades locais em algumas tragédias ambientais como quando aconteceu um grande deslizamento de terras na comunidade São Pedro do Tauana (SSP_AM, 2023).

Assim descreve o matéria jornalística:

Base Arpão: SSP-AM retira e apoia moradores de área de desbarrancamento em Coari
29 de set de 2023

Equipes da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) e do Corpo de Bombeiros Militar (CBMAM), que atuam na Base Fluvial Arpão, auxiliaram, na madrugada desta sexta-feira (29/09), na retirada de moradores da Comunidade São Pedro de Tauana, em Coari (a 363 quilômetros de Manaus). Os comunitários foram surpreendidos por um desbarrancamento que, com o auxílio dos policiais, não deixou feridos.

Os agentes, coordenados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM), foram ao local, por volta de 1h, e confirmaram a ocorrência. Durante o desembarque, um segundo desbarrancamento foi registrado, gerando ondas de aproximadamente dez metros. Dois servidores públicos e alguns ribeirinhos foram arremessados com a força das ondas, mas não sofreram ferimentos.

O piloto da lancha Amarun, da SSP-AM, afastou a embarcação da área e a equipe retornou à base para buscar reforço. Os agentes das Forças de Segurança retiraram os ribeirinhos do perímetro considerado de alto risco, até a chegada de uma equipe da Defesa Civil, para realizar a perícia no local. Os moradores que tiveram perdas com o fenômeno receberam atendimento de órgãos competentes. Conforme um prévio levantamento no local, aproximadamente oito casas foram atingidas pelo desbarrancamento.

Dessa maneira, a presença da base arpão se mostra fundamental não apenas para o combate a criminalidades, mas também, como uma importante base de apoio para as comunidades ribeirinhas.

4.2 Inclusão Social das Comunidades Ribeirinhas:

O trabalho do Policiamento Fluvial da Polícia Militar na Base Arpão realiza não apenas o combate a criminalidades e as organizações criminosas, mas também, exerce um papel importantíssimo de inclusão social das comunidades ribeirinhas ao realizar ações sociais voltadas para as comunidades locais. Como a ação realizada na comunidade do Lira localizada as margens do rio Solimões no município de Coari e publicada pela Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP_AM, 2023).

Assim, Base Arpão: Policiais realizam ação social para crianças na comunidade do Lira no rio Solimões 14 de abr de 2023

Integrantes da Base Fluvial Arpão, realizaram uma ação social, nesta sexta-feira (14/04), para crianças que moram na comunidade do Lira, no rio Solimões, nas proximidades do município de Coari (a 363 quilômetros de Manaus). Na ação foram distribuídos material escolar, brinquedos e

Ano V, v.2 2025 | submissão: 14/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 18/12/2025

chocolates.

A iniciativa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras e Divisas (GGI-F), da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM), visa aproximar os órgãos de segurança pública da comunidade, em um momento que a atenção dos referidos órgãos estão voltados para a segurança e bem-estar das crianças e adolescentes da região.

A ação foi realizada em alusão à Páscoa, e reforça a atenção da SSP-AM com a parte social na formação de crianças e adolescentes em todas as áreas do estado, além do trabalho ostensivo que já é realizado diariamente pelos integrantes da Base Arpão.

Esta é a 33ª equipe que compõe a Base Arpão, com agentes da Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiro Militar, Marinha do Brasil, e Força Nacional, coordenados pela SSP-AM.

Desse modo, demonstrando a importância que o policiamento fluvial realizado na base arpão tem para as comunidades ribeirinhas através das ações sociais prestadas as comunidades.

4.3 Acesso a serviços públicos:

Em suas operações, as forças de segurança frequentemente realizam ações de assistência social, como atendimento médico, distribuição de medicamentos e atividades educativas. Isso leva serviços essenciais a essas comunidades, que geralmente enfrentam dificuldades para acessar recursos de saúde e educação devido ao isolamento geográfico. (SSP_AM, 2023). Como exemplo, quando a equipe realizou o socorro de uma mulher em trabalho de parto.

Em Coari, equipe da Base Fluvial Arpão socorre mulher em trabalho de parto
23 de nov de 2023

A equipe da Base Fluvial Arpão, em Coari (a 363 quilômetros de Manaus), auxiliou uma mulher em trabalho de parto, na manhã desta quinta-feira (23/11), no Rio Solimões. Moradora da Comunidade Nova Jerusalém, no Lago do Catoar, naquele município, a mulher deu à luz dentro de uma canoa com auxílio do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas (CBMAM). Mãe e bebê do sexo feminino passam bem.

As equipes informaram que, por volta das 7h30, duas pessoas chegaram à Base Arpão, em um bote, onde também estava uma gestante prestes a dar à luz. À equipe de serviço, a dupla informou que o saco gestacional (bolsa) da mulher havia rompido e ela precisava de ajuda.

Rapidamente os bombeiros militares, que integram a equipe da Base Fluvial Arpão, fizeram o primeiro atendimento e decidiram levar a gestante até Coari, em razão da urgência. Apesar da agilidade, a bebê nasceu dentro do bote.

Após o nascimento, a menina e a mãe receberam todos os cuidados pré-hospitalares até a chegada ao porto do município, onde uma ambulância já aguardava por elas.

Conforme a equipe, mãe e bebê foram levadas para o hospital de Coari, onde recebem os cuidados necessários.

Desse modo, fica evidente a importância que o policiamento fluvial realizado pela Polícia

Ano V, v.2 2025 | submissão: 14/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 18/12/2025

Militar do Amazonas exerce junto as comunidades ribeirinhas, trazendo até mesmo atendimentos pré hospitalar as pessoas que residem as margem do rio.

4.4 Incentivo ao desenvolvimento sustentável:

A Base Arpão também atua na conscientização das comunidades sobre a preservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais. Essas ações são fundamentais para a inclusão social, pois promovem um desenvolvimento econômico que é alinhado à preservação do modo de vida tradicional das comunidades ribeirinhas. Entre as várias ações realizadas pela Polícia Militar do Amazonas no que tange a preservação ambiental e desenvolvimento sustentável estão o resgate de animais silvestres.

Filhote de onça pintada é resgatado por policiais da Base Fluvial Arpão, em Coari
18 de set de 2024

A Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP-AM), por meio da Polícia Militar (PMAM) resgatou, nesta quarta-feira (18/09), um filhote de onça pintada, durante ação de policiais em operação na Base Fluvial Arpão 1, em Coari (a 363 quilômetros de Manaus). De acordo com o comandante da Companhia Independente com Cães (CipCães), major Marcelo Arruda, o animal não apresentava nenhum ferimento.

O comandante informou que o animal foi localizado durante patrulhamento, na comunidade Itapéua, quando receberam informações de um morador, que ele havia encontrado um filhote de onça. De forma imediata, o comunitário sinalizou para entregar o filhote à Polícia Militar.

A oncinha foi localizada no quintal da residência da testemunha. O filhote foi entregue aos policiais que o conduziram até a Base Arpão 1. De acordo com o major, o auxiliar de veterinário da CipCães examinou o animal, no qual não encontrou ferimentos.

“Eles entregaram o animal de forma voluntária. A trouxemos aqui para Base Arpão para as medidas administrativas”, informou o comandante acrescentando que o filhote será encaminhado para Manaus e em seguida entregue ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama).

Esse é mais um caso que demonstra a importância do policiamento fluvial realizado pela polícia militar e os benefícios que ele trás para a população local, para a preservação da fauna e do meio ambiente.

4.5 Combate à criminalidade:

Ao coibir o tráfico de drogas, contrabando e outros crimes na região, a base contribui para a diminuição da violência e da exploração ilegal, além de já ter causado prejuízos milionários as organizações criminosas. Isso fortalece a confiança das comunidades na presença do Estado, promovendo uma sensação de inclusão e proteção. Têm-se algumas operações realizadas pelas forças de segurança estadual e federal. A exemplo, a Operação Horus, Operação Águas seguras, entre outras.

Ano V, v.2 2025 | submissão: 14/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 18/12/2025

Que trazem resultados significantes para a segurança pública, dando prejuízos milionários para as organizações criminosas.

A exemplo da apreensão realizada pela Polícia Militar do Amazonas na Operação Águas Seguras, publicada em matérias no site da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas:

Operação Águas Seguras: PMAM localiza mais de 58kg de entorpecentes em porão de embarcação
27 de ago de 2024 | 09:08

Dois homens, de 40 e 31 anos, foram presos e mais de 58 quilos de entorpecentes, entre cocaína e pasta-base de cocaína, foram apreendidos, na manhã desta segunda-feira (26/08). A apreensão foi realizada pela Polícia Militar do Amazonas (PMAM), durante abordagem a uma embarcação, na Base Fluvial Arpão 1, em Coari (a 363 quilômetros de Manaus), no escopo da operação Águas Seguras, coordenada pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP-AM).

Conforme o major Thiago Viana, da PMAM, as equipes abordaram a lancha Glória de Deus, por volta das 10h. A embarcação havia saído de Tabatinga (a 1.108 quilômetros de Manaus) com destino à cidade de Manaus. “Nesta mesma embarcação, já havíamos apreendido drogas na semana passada, que juntos totalizam prejuízo de cerca de 8 milhões ao crime”, lembrou o major.

Durante a abordagem, na Base Arpão, a cadela Havana da Companhia Independente de Policiamento com Cães (CipCães) sinalizou a presença de substâncias entorpecentes, no interior do porão da embarcação. Aos policiais, uma testemunha informou que a droga havia sido escondida por parte da tripulação.

Após a verificação, os policiais encontraram 51 tabletes de substâncias, sendo 40 de cocaína e 11 de pasta-base de cocaína.

A tripulação da lancha e todo o material ilícito foram encaminhados para a Polícia Civil (PC-AM), que integra a unidade fluvial. Com a apreensão, a SSP-AM calcula um dano de R\$ 4.062.250 milhões ao crime.

Portanto, a Base Arpão não apenas reforça a segurança na região, mas também, desempenha um papel crucial na promoção da cidadania e na inclusão social das populações ribeirinhas ao criar um ambiente mais seguro e sustentável para essas comunidades desenvolverem suas atividades e terem acesso a serviços básicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Base Fluvial Arpão representa mais que um aparato de segurança: constitui uma estratégia interdisciplinar de presença estatal em regiões isoladas do Amazonas. Sua atuação demonstra que o policiamento fluvial, quando articulado com políticas sociais e ambientais, promove:

- redução da criminalidade;
- fortalecimento da cidadania;

Ano V, v.2 2025 | submissão: 14/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 18/12/2025

- ampliação do acesso a direitos básicos;
- proteção de comunidades tradicionais;
- diminuição das vulnerabilidades sociais;
- integração entre Estado e população ribeirinha.

Conclui-se que a Base Arpão e Policiamento Fluvial na Polícia Militar do Amazonas contribui significativamente para a inclusão social das comunidades ribeirinhas, servindo como modelo para a formulação de políticas públicas voltadas à Amazônia profunda.

REFERÊNCIA

BESSA, LIZ. *O que é inclusão social?* 2019.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de lei n.º 2916, de 2021: dispõe sobre o Estatuto do Ribeirinho e dá outras providências*. Brasília, 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988.

ECOBRAIL, INSTITUTO. *Comunidades tradicionais ribeirinhas*. 2019.

FEAXE; PEREIRA; WITKOSK. *Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais*. 2007.

MARTINS, G. DE A.; THEÓPHILO, C. R. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2016.

NETO, THIAGO OLIVEIRA. *Território e circulação na Amazônia contemporânea: fluxos, redes e sazonalidades*. 2024.

POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS. *Formando cidadão*. Manaus, 2018.

POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS. *Policiamento ambiental*. Manaus, 2018.

POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS. *Policiamento comunitário*. Manaus, 2018.

REDDA+. *Conheça tudo sobre o povo ribeirinho da Amazônia*. 2023.

SASSAKI, ROMÉU KAZUMI. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: Editora WVA, 2010.

SILVA, CESAR SEBASTIÃO; ROSÁRIO, JOÃO CARLOS SOUSA. *A importância do patrulhamento aquático nas ações de policiamento em preservação ao meio ambiente*. Ciências Sociais, v. 28, 2024.

AMAZONAS. Secretaria de Segurança Pública. *Base Arpão*. Manaus, 2020.



Ano V, v.2 2025 | submissão: 14/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 18/12/2025

AMAZONAS. Secretaria de Segurança Pública. *Operação Águas Seguras: PMAM localiza mais de 58 kg de entorpecentes em embarcação*. Manaus, 2023.

AMAZONAS. Secretaria de Segurança Pública. *Em Coari, equipe da Base Fluvial Arpão socorre mulher em trabalho de parto*. Manaus, 2023.

AMAZONAS. Secretaria de Segurança Pública. *Base Arpão: retirada e apoio a moradores de área de desbarrancamento em Coari*. Manaus, 2023.

AMAZONAS. Secretaria de Segurança Pública. *Base Arpão: ação social para crianças na comunidade do Lira no rio Solimões*. Manaus, 2023.

AMAZONAS. Secretaria de Segurança Pública. *Filhote de onça-pintada é resgatado por policiais da Base Fluvial Arpão em Coari*. Manaus, 2024.

AMAZONAS. Secretaria de Segurança Pública. *Governo do Amazonas reforça policiamento fluvial no interior com novas embarcações*. Manaus, 2021.